VIPAL »»» Continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS - Em 31 de dezembro de 2022 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Em 01 de fevereiro de 2022, o Estado de São Paulo concordou com o levantamento dos valores depositados no processo 1004807-57.2018.8.26.0053, em decorrência da solução do mérito do processo 1026271-69.2020.8.26.0053 de forma favorável à Companhia. Em 16 de março de 2022 foi proferida decisão deferindo o levantamento dos valores depositados em favor da Companhia, que reverteu a obrigação fiscal no valor de R$ 13.105 na Controladora (R$ 25.189 no Consolidado) e atualização monetária de R$1.660 na Controladora (R$ 3.191 no Consolidado). Em 26 de abril de 2022 foi proferida a decisão para expedição da guia e levantamento dos valores depositados no processo 1026271-69.2020.8.26.0053, que reverteu a obrigação fiscal no valor de R$ 5.416 na Controladora (R$ 10.142 no Consolidado) e atualização monetária de R$ 270 na Controladora (R$ 506 no Consolidado). Em 10 de maio de 2022 a Companhia obteve o trânsito em julgado no processo nº 5010986-86.2018.8.13.0024, impetrado pela Borrachas Vipal S.A. e Borrachas Vipal Nordeste S.A. a fim de discutir a cobrança do Diferencial de Alíquota do ICMS (DIFAL) nas operações interestaduais com mercadorias vendidas a consumidores finais não-contribuintes do ICMS localizados no Estado de Minas Gerais no valor de R$ 11.569. A Companhia aguardava a possibilidade de levantamento dos depósitos, tendo em vista a controvérsia a respeito da aplicação do art. 166 do CTN (exigência de autorização dos clientes para restituir tributos indiretos). Em 22 de agosto de 2022 foi proferida decisão deferindo o levantamento dos valores depositados em favor da Companhia, que reverteu a obrigação fiscal no valor de R$ 4.769 na Controladora (R$ 11.569 no Consolidado) e atualização monetária de R$ 299 na Controladora (R$ 720 no Consolidado). Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia possuía o montante de R$ 24.683 na Controladora e R$ 43.695 no Consolidado depositado judicialmente, classificado na rubrica de "outros ativos circulantes", referente a não tributação do ICMS diferencial de alíquota.

17. Provisão para litígios: A Companhia é parte em processos judiciais e administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, oriundos no curso normal das operações, os quais envolvem questões tributárias, trabalhistas e cíveis. A perda estimada foi provisionada no passivo não circulante, com base na opinião de seus assessores jurídicos para os casos em que o desembolso financeiro é provável. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. O quadro a seguir demonstra os valores estimados do risco com perda provável, conforme opinião de nossos assessores jurídicos:

	Controladora				Consolidado			
	Cível	Trabalhista	Tributária	Total	Cível	Trabalhistas	Tributária	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2020	14	572	-	586	14	1.269	-	1.283
Complementos e atualizações	12	127	-	139	12	230	-	242
(-) Reversões	(4)	(49)	-	(53)	(4)	(53)	-	(57)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	22	650	-	672	22	1.446	-	1.468
Complementos e atualizações	**-**	**154**	**45.236**	**45.390**	**-**	**525**	**45.240**	**45.765**
(-) Reversões	**(1)**	**(204)**	**(45.200)**	**(45.405)**	**-**	**(667)**	**(45.201)**	**(45.868)**
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**21**	**600**	**36**	**657**	**22**	**1.304**	**39**	**1.365**
Não Circulante	**21**	**600**	**36**	**657**	**22**	**1.304**	**39**	**1.365**

Em 30 de junho de 2022 a Companhia protocolou requerimento de transação junto a Procuradoria do Estado de São Paulo ("PGE"), em vista das reduções propostas pela Lei nº 17.293, de 15/10/2020, da Resolução PGE nº 27, de 19/11/2020 e da Portaria SUBG CTF nº 20, de 4/12/2020, encaminhando a extinção do débito pela utilização de precatórios alimentares para compensação de ICMS devido ao Estado de São Paulo, de forma parcelada. O processo encontrava-se sobrestado aguardando julgamento do tema 111 pelo Supremo Tribunal Federal (STF), que discutiu a possibilidade, ou não, de compensação de débitos tributários com precatórios de natureza alimentar O requerimento de transação foi deferido pela PGE em novembro de 2022 aderindo a liquidação da dívida em 60 parcelas mensais e corrigidas mensalmente pela taxa SELIC. Os valores apurados conforme o deferimento da transação pela PGE estão constituídos em R$ 28.153 de principal, registrado na rubrica de outras receitas (despesas), líquidas e atualização monetária de R$ 22.605, registrada na rubrica de juros passivos nas despesas financeiras. De acordo com o calendário de parcelamento o primeiro pagamento foi realizado pela Companhia em dezembro de 2022 no montante de R$ 744. Em função do deferimento, a provisão para litígios reconhecida anteriormente relacionada a este tema foi reclassificada para a rubrica de "obrigações fiscais e sociais". O quadro a seguir demonstra os valores estimados de perda possível, conforme opinião de nossos assessores jurídicos, para os quais, portanto não foram constituídas provisão para litígios.

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Trabalhista	-	-	-	50
Trbutária	**236.017**	92.291	**502.614**	304.840
Cível	**13.046**	16.189	**36.339**	21.567
	249.063	108.480	**538.953**	326.457

Trabalhista - diversas reclamatórias trabalhistas vinculadas em sua maioria a vários pleitos indenizatórios. Cíveis - A Companhia e suas controladas figuram como ré em causas cíveis objetivando a revisão de contratos, indenizações por danos materiais e morais, dentre outros. Tributários - A Companhia e sua controlada, Borrachas Vipal Nordeste S.A., figuram como rés em causas tributárias, cuja probabilidade de perda apontada pelos assessores jurídicos é possível, para as quais, portanto não foram constituídas provisão para litígios. Os principais processos se referem a: (i) Em 2022 a Companhia recebeu Despacho Decisório de glosa de créditos de PIS e COFINS decorrentes da exclusão do ICMS da base de cálculo das referidas contribuições, direito reconhecido em decisão judicial transitada em julgado, objeto de pedido de habilitação e compensação. O Despacho Decisório limitou a decisão judicial no momento que reconheceu parcialmente o crédito pleiteado, sob o argumento de que somente poderiam ser objeto de ressarcimento os valores indevidamente pagos via DARF ou por meio de compensações já homologadas, não incluindo os valores compensados na escrita fiscal. Considerando que o crédito reconhecido foi insuficiente para homologar a totalidade das compensações vinculadas, restou em aberto o débito no valor total de R$ 118.991 sendo R$ 85.912 de principal, R$ 17.182 de multa e R$ 15.896 de juros. Apresentada Manifestação de Inconformidade, a qual aguarda julgamento. (ii) Glosa de créditos de ICMS referente a operações *intercompany* originárias de Estado incentivado, processo aguardando julgamento 1ª instância judicial após apresentação de alegações finais. O montante envolvido na demanda é de R$ 97.213. (iii) Adjudicação de crédito presumido de IPI relacionados ao artigo 11-A da Lei 9.440/1997, processos que aguardam julgamento no CARF no montante de R$ 182.019. (iv) Créditos extemporâneos de PIS/COFINS, apurados sobre os exercícios de 2006 a 2010, relativos à aquisição de bens móveis e imóveis relacionados a sua operação. Ofertada garantia de apólice de seguro para garantir/caucionar previamente o crédito tributário em discussão. A Companhia postula a anulação integral do auto de infração objeto do processo administrativo nº 10530.724292/2015-20. A União Federal ajuizou a execução fiscal que tramita sob o nº 1033394-38.2022.4.01.3300. O tema em debate totaliza o valor de R$ 47.078.

18. Ativo de direito de uso e passivo de arrendamento:

Movimentação do ativo de arrendamento:	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2020	6.571	7.507
Novos contratos	18.072	25.110
(+/-) Remensuração de contratos	5.184	4.035
(-) Depreciação	(4.536)	(5.303)
(-) Crédito PIS/COFINS	(349)	(457)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	24.942	30.892
Novos contratos	**-**	**1.053**
(+/-) Remensuração de contratos	**2.192**	**7.530**
(-) Depreciação	**(6.165)**	**(8.800)**
(-) Crédito PIS/COFINS	**(499)**	**(675)**
Variação cambial	**-**	**(157)**
Saldo em 31 dezembro de 2022	**20.470**	**29.843**

Movimentação do passivo de arrendamento:	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2020	7.141	8.155
Novos contratos	18.072	25.110
(+/-) Remensuração de contratos	5.184	4.035
(-) Juros do contrato	1.593	1.757
(-) Pagamentos realizados	(6.002)	(6.957)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	25.988	32.100
Novos contratos	**-**	**1.053**
(+/-) Remensuração de contratos	**2.192**	**7.530**
(-) Juros do contrato	**1.433**	**1.972**
(-) Pagamentos realizados	**(7.846)**	**(10.974)**
Variação cambial	**-**	**(174)**
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**21.767**	**31.507**
Passivo circulante	**7.211**	**10.727**
Passivo não circulante	**14.556**	**20.780**

Os montantes registrados no passivo não circulante apresentam o seguinte cronograma de vencimentos:

	Controladora	Consolidado
2024	**7.606**	**10.451**
2025	**4.772**	**7.271**
2026	**1.906**	**2.695**
Acima de 2026	**272**	**363**
	14.556	**20.780**

Os direitos de uso são amortizados durante o prazo de vigência do contrato de locação e consideram a expectativa de renovação, quando a Administração pretende exercer esse direito, e de acordo com os termos dos contratos. Informações adicionais: Para a mensuração do passivo de arrendamento a Companhia preparou um fluxo real de pagamentos e adotou uma taxa de juros nominal para desconto (taxa de juros incremental), como preconizado pelo CPC 06 (R2) (IFRS 16). Para fins de divulgação, conforme Ofício Circular da CVM 01/2020, mensuramos o valor do passivo de arrendamento utilizando fluxo nominal x taxa nominal. A diferença apurada entre a forma de cálculo para contabilização conforme o CPC 06 (R2) (fluxo real x taxa nominal) e a forma requerida pela CVM para divulgação (fluxo nominal x taxa nominal) foi de 5%, considerada pela Companhia imaterial. A taxa incremental adotada foi de 5% a.a. para o aluguel de empilhadeiras, 10,5% a.a. para o aluguel de imóvel e 4,1% a.a. para a frota de veículos. Na adoção inicial do IFRS 16 / CPC 06 (R2) a Companhia entendeu que o valor utilizado para a mensuração do passivo de arrendamento deveria ser bruto de impostos (PIS e COFINS). A seguir é apresentado quadro indicativo do direito potencial de PIS/COFINS a recuperar embutido na contraprestação de arrendamento/locação, conforme os períodos previstos para pagamento, sendo apresentados os saldos não descontados e saldos descontados a valor presente, para fins consolidados.

	Nominal	Ajustado a valor presente
Contraprestação do arrendamento	**34.457**	**31.507**
PIS/COFINS (9,25%)	**2.560**	**2.350**

A Companhia não aplicou para as demonstrações financeiras o expediente prático previsto na Deliberação CVM 859 aprovada pela CVM (comissão de valores mobiliários) em 07 de julho de 2020, uma vez que não teve ajustes de termos ou valores por conta da crise causada pela Pandemia do Covid-19.

19. Patrimônio líquido: a) Capital social: Em 30 de junho de 2021, foi aprovado, em assembleia geral extraordinária, a redução de capital, no montante de R$ 14.248, por mostrar-se excessivo com relação ao objeto explorado. O reembolso foi realizado através da cessão da participação societária da controlada Fate Brasil (Nota 10). Esta transação não alterou o número de ações ordinárias da Companhia. Em 14 de abril de 2022 foi deliberado em assembleia geral ordinária e extraordinária o aumento do capital social da Companhia em R$ 144.427, que passou de R$ 43.646 para R$ 188.073, sem a emissão de novas ações, mediante a capitalização dos seguintes recursos disponíveis em Reservas de Lucros: (i) parte da conta de Reserva Legal, no valor de R$ 6.385; e (ii) parte da conta de Reserva Especial, no valor de R$ 138.042. Em 31 de dezembro de 2022 o capital social totalizava R$ 188.073 (R$ 43.646 em 31 de dezembro de 2021), representando por 233.164 (331.684 em 31 de dezembro de 2021) ações ordinárias, nominativas sem valor nominal. A redução do número de ações está descrita na Nota 19.b. b) Reservas de lucros: *Reserva legal:* É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. No exercício findo em 31 de dezembro de 2021 o saldo da reserva excedeu esse limite. Como mencionado acima, a Assembleia Geral Ordinária realizada em 14 de abril de 2022 aprovou proposição da Administração para a capitalização do saldo excedente ao capital social. *Reserva especial:* Constituída de acordo com o estatuto e tem por finalidade a formação de reserva especial para assegurar recursos para financiar aplicações adicionais de capital fixo e circulante e expansão das atividades sociais da Companhia e suas controladas. Em 1º de junho de 2022 foi firmado entre a Borrachas Vipal S.A e a sua controladora o Contrato de Compra e Vendas de Ações pelo qual a Companhia readquiriu 98.520 ações de sua própria titularidade pelo valor de custo de R$174.193. A transação foi utilizada para quitação dos saldos de mútuo, conta corrente e contas a receber pela venda de imobilizado com a sua Controladora, Paludo Participações S.A. As ações readquiridas foram canceladas por deliberação do Conselho de Administração da Companhia na mesma data, sem redução do capital social. Os acionistas ratificaram a decisão do Conselho de Administração em Assembleia Geral Extraordinária ocorrida em 2 de junho de 2022. *Lucro a distribuir:* Montante remanescente de lucros retidos em 31 de dezembro de 2022 é de R$ 129.237 e será objeto de proposta da Administração da Companhia para futura distribuição. c) Outros resultados abrangentes: *Custo atribuído - ativo imobilizado:* A Companhia reconhece nesta rubrica o saldo de reserva de reavaliações de ativos permanentes efetuada em anos anteriores e o saldo do custo atribuído (*deemed cost*) registrado, líquidos dos efeitos tributários, próprio e de controladas e coligadas de forma reflexa. Esses efeitos são revertidos para lucros acumulados na proporção em que os ativos são depreciados ou no caso de alienação ou baixa do ativo. *Variação cambial de filial e controladas no exterior:* A Companhia reconhece nessa rubrica os efeitos da variação cambial sobre a filial e os investimentos em empresas controladas e controladas em conjunto, domiciliadas no exterior. O efeito da variação cambial acumulada sobre os investimentos somente é transferido para o resultado do exercício no momento da ocorrência da alienação desses investimentos. A composição dos efeitos de variação cambial relacionados à controlada e filial no exterior são assim demonstrados:

	2022	2021
Variação cambial de conversão de filiais no exterior	**(3.128)**	(2.084)
Variação cambial de conversão de controladas no exterior - Nota 10	**(21.042)**	(6.374)
Variação cambial ágio de controlada no exterior	**(319)**	169
Variação cambial mais valia de controlada	**(1.216)**	3.485
	(25.705)	(4.804)

Efeito de aplicação do CPC 42 / IAS 29: O efeito da correção monetária por hiperinflação, das unidades na Argentina, até o exercício de 2017, foi registrado no patrimônio líquido na rubrica de "outros resultados abrangentes". A partir de 2018, apenas a correção monetária por inflação sobre os itens do patrimônio líquido foi registrada na rubrica de "outros resultados abrangentes". c) Dividendos: De acordo com o estatuto social, o dividendo mínimo obrigatório é computado com base em 25% do lucro líquido remanescente do exercício, após constituições das reservas previstas em lei. Adicionalmente, conforme o contrato global mencionado na nota 15, a Companhia não pode pagar dividendos, calculados sobre os resultados auferidos, acima de 25%.

	2022	2021
Lucro líquido do exercício	**168.071**	193.333
Reserva legal	**(8.404)**	-
Base de cálculo dos dividendos	**159.667**	193.333
Dividendos mínimos obrigatórios - 25%	**39.917**	48.333
Dividendos mínimos obrigatórios - 25% por ação	R$ 171,20	R$ 145,72

A movimentação do saldo de dividendos a pagar é a seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Saldo inicial de dividendos a pagar	**48.333**	27.812	**51.101**	29.700
Pagamento de divid. do ano anterior	**(42.751)**	(27.812)	**(48.272)**	(30.427)
Proposição de divid. do exercício	**39.917**	48.333	**71.028**	51.828
Saldo final de dividendos a pagar	**45.499**	48.333	**73.857**	51.101

Em 14 de abril de 2022 a assembleia geral ordinária e extraordinária deliberou pela aprovação da proposição da Administração para a destinação do lucro do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021, tendo sido aprovado a distribuição de dividendos obrigatórios no montante de R$ 48.333 (tendo sido pagos R$ 42.751 até 31 de dezembro de 2022) e a destinação do saldo remanescente do lucro líquido daquele exercício, no valor de R$ 149.536, para a conta de Reserva Especial Estatutária. d) Transações com sócios: Refere-se a compra, por parte da Companhia, de 24.600 ações da controlada MTNA equivalentes a 30% do capital da investida. Ainda de acordo com o contrato de compra, as partes concordaram que a MTNA recompraria o saldo remanescente de ações que a Marangoni S.p.A (Itália) detinha do seu capital, no percentual de 19%. Após estas transações a Companhia passou a deter 100% de participação na controlada. Por se tratar de transações entre sócios, o impacto da mais valia paga pela Controladora e da recompra de ações foi tratado no patrimônio líquido da Controladora, como uma transação entre acionistas, conforme orienta o CPC 36 (R3) – Demonstrações Consolidadas. Abaixo são demonstrados os valores registrados na data de aquisição (valores em reais):

Etapas	Contraprestação	PL adquirido	Mais-valia
Compra de 30 % ações pela Controladora	38.757	29.612	9.145
Recompra de 19% de ações pela subsidiária MTNA	21.754	18.755	2.999
Total apropriado em outros resultados abrangentes			12.144

20. Lucro por ação: O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o exercício. O lucro por ação diluído é calculado ajustando-se à média ponderada da quantidade de ações ordinárias em circulação supondo a conversão de todas as ações potenciais que provocariam diluição. A Companhia não possui uma categoria de ações potenciais que provocariam diluição, desta forma o lucro por ação básico e diluído apresentam o mesmo valor. O quadro abaixo apresenta o cálculo do lucro básico e diluído por ação:

	2022	2021
Lucro líquido do exercício	**168.071**	193.333
Média ponderada de ações ordinárias	**274.146**	331.684
Lucro por ação - básico e diluído (em Reais)	**613,07**	582,88

21. Receita operacional líquida: A receita operacional líquida apresenta a seguinte composição:

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Receita bruta de vendas	**1.987.302**	1.578.805	**3.473.186**	2.892.520
Devolução/abat. de vendas	**(5.192)**	(6.317)	**(55.465)**	(44.761)
Impostos sobre a venda	**(311.493)**	(273.129)	**(677.011)**	(566.773)
Receita operac. líquida	**1.670.617**	1.299.359	**2.740.710**	2.280.986

22. Custos e despesas por natureza: A Companhia apresenta a demonstração do resultado por função. Conforme requerido pelo CPC 26 / IAS 1 - Apresentação das Demonstrações Contábeis, apresenta, a seguir, o detalhamento da demonstração do resultado por natureza:

	Controladora		Consolidado	
Despesas por função	2022	2021	2022	2021
Custo dos prod. vendidos	**(1.349.860)**	(1.028.876)	**(1.931.050)**	(1.589.067)
Despesas com vendas	**(151.185)**	(103.115)	**(276.124)**	(203.368)
Despesas admin. e gerais	**(125.119)**	(114.521)	**(207.529)**	(183.399)
Outras receitas (despesas), líquidas	**1.902**	5.334	**15.002**	3.993
	(1.624.262)	(1.241.178)	**(2.399.701)**	(1.971.841)

	Controladora		Consolidado	
Despesas por natureza	2022	2021	2022	2021
Matéria prima e materiais de uso e consumo	**(1.218.073)**	(917.382)	**(1.671.758)**	(1.379.930)
Despesas com pessoal	**(174.865)**	(157.157)	**(311.319)**	(268.917)
Fretes	**(85.276)**	(48.706)	**(147.472)**	(89.187)
Deprec. e amortização	**(27.980)**	(26.183)	**(53.057)**	(48.744)
Deprec. e amortização	**(16.438)**	(16.030)	**(38.880)**	(37.824)
Amortização de mais valia de ativos	**(5.377)**	(5.617)	**(5.377)**	(5.617)
Depreciação de ativos de direito de uso CPC 06 (R2) (IFRS 16)	**(6.165)**	(4.536)	**(8.800)**	(5.303)
Energia elétrica	**(18.012)**	(16.338)	**(38.197)**	(33.927)
Consultoria e assessoria	**(17.495)**	(15.590)	**(30.047)**	(21.493)
Bonific. em produtos	**(3.597)**	(2.232)	**(29.827)**	(21.563)
Perda de crédito esperadas s/contas a rec. de clientes	**(1.047)**	2.445	**(408)**	(2.040)
Reversão de obrig. (Nota 16)	**23.290**	-	**46.900**	-
Outras desp. oper. líquidas	**(101.207)**	(60.035)	**(164.516)**	(106.040)
	(1.624.262)	(1.241.178)	**(2.399.701)**	(1.971.841)

23. Receitas e despesas financeiras: As receitas e despesas financeiras incorridas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 foram como segue:

	Controladora		Consolidado	
Receitas financeiras	2022	2021	2022	2021
Variação cambial ativa	**230.331**	161.147	**258.639**	224.702
Juros recebidos de clientes	**8.274**	7.903	**13.277**	9.884
Rendimentos em aplic. financ.	**8.132**	2.853	**18.457**	9.027
Ajuste de hiperinflação de controladora	**-**	-	**2.522**	-
Reversão de avais de terceiros	**176**	664	**176**	664
Descontos recebidos	**746**	89	**757**	97
Outras receitas financeiras	**5.791**	679	**11.171**	3.626
	253.450	173.335	**304.999**	248.000
Despesas financeiras				
Variação cambial passiva	**(216.199)**	(180.531)	**(283.016)**	(237.420)
Juros sobre financiamentos	**(92.878)**	(58.649)	**(109.318)**	(75.640)
Juros passivos	**(54.597)**	(25.663)	**(40.692)**	(13.101)
Despesas bancárias	**(1.954)**	(2.300)	**(3.920)**	(4.792)
Descontos concedidos	**(41)**	(7.730)	**(2.608)**	(10.341)
Ajustes de hiperinflação de controlada	**(299)**	(17)	**(299)**	(15.165)
Impostos s/ oper. financeiras	**-**	-	**(1.071)**	(1.044)
Outras despesas financeiras	**(194)**	108	**(1.410)**	(963)
	(366.162)	(274.782)	**(442.334)**	(358.466)
	(112.712)	(101.447)	**(137.335)**	(110.466)

24. Imposto sobre o lucro: A conciliação entre a despesa tributária e o resultado da multiplicação do lucro contábil pela alíquota fiscal local nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 está descrita a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Resultado antes dos impostos sobre o lucro	**169.790**	184.331	**203.674**	199.369
IR e contribuição social (34%)	**(57.729)**	(62.673)	**(69.249)**	(67.785)
Incent. fiscais de controladas	**-**	-	**62.284**	56.983
Constituição (não constituição) de prejuízo fiscal e base negativa não reconhecidos	**(11.713)**	1.909	**(12.155)**	3.524
Juros s/ empr. não dedutíveis	**(2.308)**	(3.994)	**(2.308)**	(3.994)
Ajuste de inovação tecnológica	**-**	1.976	**3.541**	2.882
Ajuste de preço de transferência	**(1.538)**	(1.035)	**(1.538)**	(1.035)
Resultado de equiv. patrimonial	**80.290**	77.383	**-**	235
Diferenças de alíquotas IR e CS de controladas	**-**	-	**1.586**	(1.213)
Lucros auferidos no exterior	**(1.403)**	(6.589)	**(1.403)**	(7.319)
Outros	**(7.318)**	2.025	**(5.960)**	21.004
IR e contribuição social	**(1.719)**	9.002	**(25.202)**	3.282
Corrente	**(1.705)**	1.473	**(28.012)**	(4.390)
Diferido	**(14)**	7.529	**2.810**	7.672
Alíquota efetiva	**(1,01%)**	4,88%	**(12,37%)**	1,65%

Imposto de renda e contribuição social diferidos: O imposto de renda e contribuição social diferidos em 31 de dezembro refere-se a:

	Controladora		Consolidado	
Ativo diferido	2022	2021	2022	2021
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	**7.026**	9.850	**9.440**	15.513
Lucros a realizar em controladas	**1.809**	2.047	**20.454**	17.088
Faturamento não embarcado	**-**	3.466	**-**	4.776
Provisão para honorários jurídicos	**1.820**	1.408	**2.942**	2.038
Provisão para fretes	**1.599**	2.464	**1.791**	2.774
Provisão para avais de terceiros	**694**	2.185	**694**	2.185
Provisão para litígios	**224**	237	**370**	481
Provisão para comissões	**908**	781	**908**	788
Exigibilidade suspensa sobre obrigações fiscais	**6.106**	-	**7.809**	-
Outras provisões	**8.997**	8.999	**2.223**	6.509
Total ativo diferido	**29.183**	31.437	**46.631**	52.152
Passivo diferido				
Depreciação vida útil	**(8.624)**	(8.129)	**(42.652)**	(46.185)
Custo atribuído ativo imobilizado	**(25.719)**	(28.012)	**(25.719)**	(28.012)
Imposto diferido s/ a mais valia	**6.863**	5.035	**(9.459)**	(8.462)
Capitalização de juros	**(1.710)**	(1.143)	**(2.587)**	(2.693)
Arrendamento mercantil	**(2.073)**	(2.241)	**(2.073)**	(2.242)
Depreciação acelerada fiscal	**-**	-	**(376)**	(1.339)
Provisão ativo de contrato	**(2.124)**	(1.143)	**(3.033)**	(1.654)
Total passivo diferido	**(33.387)**	(35.633)	**(85.899)**	(90.587)
Ativo (passivo) diferido, líquido	**(4.204)**	(4.196)	**(39.268)**	(38.435)
Classific. no ativo não circulante	**43**	111	**44**	843
Classific. no passivo não circulante	**(4.247)**	(4.307)	**(39.312)**	(39.278)

Em 31 de dezembro de 2022 a Companhia apresentava R$ 170.928 de prejuízos fiscais (R$ 116.203 em 31 de dezembro de 2021) sobre os quais não foram constituídos impostos diferidos uma vez que não há expectativa de realização dos créditos. Da mesma forma apresentava base negativa de contribuição social de R$ 173.972 (R$ 119.608 em 31 de dezembro de 2021).

25. Informações por segmento: Os segmentos são determinados de acordo com o mercado de atuação, a natureza dos produtos vendidos e perfil do cliente atendido. Não há cliente que, individualmente, represente 10% ou mais do total das receitas do Consolidado. Os segmentos reportáveis da Companhia são: • **Reforma a frio** - Esse segmento é responsável por industrializar e comercializar bandas de rodagem para reformas de pneus, bem como outros produtos como protetores de recapagem, pastas químicas para montagem e desmontagem de pneus, colas, entre outros produtos utilizados no processo de reforma. A reforma a frio é aquela onde a banda de rodagem já tem o desenho exterior definido, assim a banda pronta é aplicada ao pneu pelos reformadores. Os produtos de reforma são destinados a veículos de carga, passeio, do segmento do agronegócio e, também, pneus para veículos fora da estrada (off the road, ou "OTR"). Os produtos são em sua grande maioria vendidos a empresas de reformas de pneus ("reformadores") e transportadoras com estruturas próprias de reforma. Nesse segmento também são vendidas bandas produzidas no sistema Ringtread, que se caracteriza pela produção da banda de rodagem sem emendas. • **Reforma a quente ou "Camelback"** - Esse segmento compreende as unidades que comercializam produtos utilizados no processo de reforma, atendendo os mesmos perfis de clientes que os de reforma a frio. O que diferencia o produto comercializado nesse segmento é o método utilizado pelos reformadores. No processo de reforma a quente as bandas de borracha são lisas, sem sulcos pré-definidos. Durante o processo de reforma a quente o desenho da banda é criado pelos próprios reformadores no pneu em prensas mecânicas de vulcanização. • **Compostos para terceiros** - Matéria-prima para reforma de pneu vendido para demais fabricantes de bandas e de pneus. • **Duas Rodas (pneus para motocicleta)** - Responsável pela industrialização de pneus para motocicletas. A Companhia também fabrica e vende pneus para moto. Os produtos são comercializados com a marca Vipal e destinados a veículos de até 600cc. A venda dos produtos é realizada através de distribuidoras. • **Outros** - Incluem os segmentos de (i) Reparo de pneus (produtos destinados a reparos de pneus e câmeras, tais como telas, remendos e manchões, entre outros, tendo como principais clientes as borracharias, lojas de concerto de bicicletas e oficinas mecânicas); (ii) Máquinas (fabricação de máquinas para reforma de pneus, cujo os clientes são primordialmente os reformadores); (iii) Produtos para indústria (produtos para aplicação por indústrias, compreendem colas e outros produtos para adesão de borrachas usualmente empregados em máquinas de diversos setores).

	Reforma a Frio[2]		Camelbacks[3]		Compostos p/ 3ºs[4]		Duas Rodas[5]		Outros		2022
	Mercado interno	Mercado externo	Mercado interno	Mercado externo	Mercado interno	Mercado externo	Mercado interno	Mercado externo	Mercado interno	Mercado externo	Consolidado
Receita operac. líquida	**812.409**	**673.576**	**435.798**	**76.466**	**111.205**	**15.202**	**251.398**	**2.821**	**245.936**	**115.899**	**2.740.710**
Custo prod. vendidos	**(573.730)**	**(421.565)**	**(380.339)**	**(61.046)**	**(92.587)**	**(5.682)**	**(174.654)**	**(1.665)**	**(157.875)**	**(61.907)**	**(1.931.050)**
Lucro bruto	**238.679**	**252.011**	**55.459**	**15.420**	**18.618**	**9.520**	**76.744**	**1.156**	**88.061**	**53.992**	**809.660**
Receitas (desp.) operac.											**(468.651)**
Resultado financeiro											**(137.335)**
Imposto sobre o lucro											**(25.202)**
Lucro líquido do exercício											**178.472**

	Reforma a Frio[1]		Camelbacks[2]		Compostos p/ 3ºs[3]		Duas Rodas[4]		Outros		2021
	Mercado interno	Mercado externo	Mercado interno	Mercado externo	Mercado interno	Mercado externo	Mercado interno	Mercado externo	Mercado interno	Mercado externo	Consolidado
Receita oper. líquida	704.207	533.115	352.784	76.386	65.895	15.447	192.028	3.148	216.764	121.212	2.280.986
Custo prod. vendidos	(492.049)	(312.615)	(319.320)	(54.205)	(54.620)	(5.968)	(147.107)	(1.531)	(141.736)	(59.916)	(1.589.067)
Lucro bruto	212.158	220.500	33.464	22.181	11.275	9.479	44.921	1.617	75.028	61.296	691.919
Receitas (desp.) operac.											(382.084)
Resultado financeiro											(110.466)
Imposto sobre o lucro											3.282
Lucro líquido do exercício											202.651

[1] Bandas pré-moldadas para o processo de reforma a frio, no qual a banda é aplicada na carcaça dos pneus pelos reformadores.
[2] Bandas lisas para o processo de reforma a quente no qual a banda é aplicada na carcaça dos pneus pelos reformadores em uma prensa para vulcanização.
[3] Composto de borrachas para aplicações diversas.
[4] Pneu para moto: Linha Street, Trail e Cross.

A Companhia não divulga o valor total dos ativos e passivos por segmento, uma vez que essa informação não é preparada e apresentada regularmente ao principal gestor das operações. Isso ocorre, pois, a maioria dos ativos é utilizada de forma compartilhada na produção dos diversos segmentos.

Também não divulgaremos informações sobre despesas com vendas, administrativas ou financeiras por segmento, uma vez que os recursos de pessoal e os financeiros são usados de forma corporativa e não há informações disponíveis por segmento.

Informações por área geográfica:

	2022	2021
Mercado Interno		
Brasil	**1.856.746**	1.531.678
	1.856.746	1.531.678
Mercado Externo		
América do Sul	**334.912**	275.908
América do Norte	**359.912**	292.891
Europa	**106.711**	103.791
América Central	**25.302**	24.541
Ásia	**22.871**	21.688
Oceania	**21.219**	19.861
África	**13.037**	10.628
	883.964	749.308
Receita operacional líquida	**2.740.710**	2.280.986

26. Objetivos e políticas para gestão de risco financeiro

a) Classificação dos instrumentos financeiros:

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança.

A contratação de instrumentos financeiros com o objetivo de proteção é feita por meio de uma análise periódica da exposição ao risco que a Administração pretende cobrir. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia.

A Companhia possui exposição a riscos associados à utilização de seus instrumentos financeiros, conforme descrito a seguir, para fins consolidados.

			Valor contábil		Valor justo	
Ativos	**Classificação por categoria**	**Hierarquia valor justo**	2022	2021	2022	2021
Caixa e equivalentes de caixa	Valor justo por meio do resultado	Nível 2	**215.857**	246.850	**215.857**	246.850
Aplicações financeiras	Valor justo por meio do resultado	Nível 2	**5.312**	2.044	**5.312**	2.044
Contas a receber de clientes	Custo amortizado		**491.016**	444.750	**491.016**	444.750
Contas a receber partes relacionadas	Custo amortizado		**2.315**	35.285	**2.315**	35.285
Créditos com partes relacionadas	Custo amortizado		**-**	137.811	**-**	137.811
Outros créditos (Nota 11)	Valor justo por meio do resultado	Nível 2	**41.552**	33.404	**41.552**	33.404
Passivos						
Empréstimos e financiamentos	Custo amortizado		**1.255.852**	1.176.956	**1.281.439**	1.169.000
Fornecedores	Custo amortizado		**181.666**	223.597	**181.666**	223.597
Dividendos a pagar	Custo amortizado		**73.857**	51.101	**73.857**	51.101
Passivo de arrendamento	Custo amortizado		**31.507**	32.100	**31.507**	32.100
Débitos com partes relacionadas	Custo amortizado		**14.285**	12.089	**14.285**	12.089
Outras contas a pagar	Custo amortizado		**63.693**	61.194	**63.693**	61.194

Na avaliação da administração o valor justo de seus instrumentos financeiros se aproxima do valor contábil, exceto para os empréstimos e financiamentos. A Companhia usa a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo de instrumentos financeiros pela técnica de avaliação: Nível 1: preços cotados (sem ajuste) nos mercados ativos para ativos ou passivos idênticos; Nível 2: outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente; e Nível 3: técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado. b) Gerenciamento de risco: As atividades de gerenciamento de riscos seguem a política de gestão de risco da Companhia, sob a administração dos seus diretores e o Conselho de Administração da Companhia. A administração destes riscos é efetuada com base na política de controle, que estabelece as técnicas de acompanhamento, mensuração e monitoramento contínuo da exposição. Não houve alterações quanto às políticas ou processos em 31 de dezembro de 2022 em relação a 31 de dezembro de 2021. A Companhia possui exposição a riscos associados à utilização de seus instrumentos financeiros, conforme descrito a seguir: *Risco de crédito:* Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer perdas oriundas de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar esses riscos, a Companhia adota como prática a análise das situações financeira e patrimonial de suas contrapartes, assim como a definição de limites de crédito e acompanhamento permanente das posições em aberto. No que tange às instituições financeiras, a Companhia somente realiza operações com instituições financeiras consideradas pela Administração como de baixo risco. No caso de constatação de risco iminente de não realização destes ativos, a Companhia registra provisões para trazê-los ao seu valor provável de realização. O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é administrado pela Tesouraria da Companhia de acordo com a política por esta estabelecida. Os recursos excedentes são investidos apenas em instituições financeiras autorizadas e aprovadas pela Diretoria Executiva objetivando minimizar a concentração de riscos e mitigar o prejuízo financeiro no caso de potencial falência de uma contraparte.

Continua »»»